

ANO IV - EDIÇÃO 64 - NOVEMBRO DE 2023



Alunos da rede estadual de ensino participam da premiação do Concurso de vídeo Festival Afrominuto FlinkSampa Data: 17.nov.2023 - Local: São Paulo/SP - Foto: Gilberto Marques/EducaçãoSP

O QUE HÁ DE NOVO

Sistema de Informação de Tendências Educacionais na América Latina

O [Instituto Internacional de Planejamento da Educação \(IIPE\)](#), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) América Latina e Caribe criou recentemente o Sistema de Informação de Tendências Educacionais na América Latina ([SITEAL](#)), com o objetivo de concentrar, em um mesmo lugar, dados comparativos, indicadores estatísticos, informações sobre políticas públicas e normas, e pesquisas sobre educação – algumas delas já foram tema nesse boletim.

Nas palavras de Alejandra Cardini, Coordenadora de Gestão e Mobilização de Conhecimentos do IIPE Unesco, citada em uma postagem no LinkedIn, a entidade “*fomenta a interação entre investigadores e equipes de governo com o fim de colocar em prática o conhecimento, nutrindo a tomada de decisões.*”

Visite o site! Logo na página principal há um vídeo explicativo da iniciativa.

NESTA EDIÇÃO:

SEMINÁRIO DE 08/12

ADOLFO SAMUEL DE OLIVEIRA

PROPOSTA DE UM SISTEMA DE INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

DEBATE

COMO REDUZIR A DESIGUALDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO? ALGUMAS EVIDÊNCIAS E DESAFIOS

Agenda dos Seminários Educação por Evidências



ASSISTA PELO APLICATIVO E NO [YOUTUBE DO CENTRO DE MÍDIAS DE SÃO PAULO](#) - CANAL DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL I

DIA 08/12/2023, DAS 14 ÀS 15H30

ADOLFO SAMUEL DE OLIVEIRA

PROPOSTA DE UM SISTEMA DE INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A pesquisa propõe a criação de um Sistema de Indicadores da Educação Básica, com vistas a propiciar o diagnóstico, o monitoramento e a avaliação da situação educacional das redes de ensino municipais, com foco nos anos iniciais do ensino fundamental. O objetivo desse sistema é disponibilizar para os gestores das redes uma ferramenta que lhes permita conhecer, acompanhar e avaliar, de maneira sistemática e empiricamente fundamentada, o contexto, os recursos, os processos e os resultados de sua rede de ensino. Os indicadores abarcam diversas dimensões das redes de ensino e são apresentados em uma plataforma de *business intelligence*.



Adolfo Samuel de Oliveira é Sociólogo, Mestre e Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, Pós-Doutor pela Fundação Carlos Chagas, e especialista em Educação a Distância pela UFF e em Planejamento Educacional pelo IIPE-Unesco (Argentina). É Pesquisador em Avaliações Educacionais no INEP / MEC (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira)



Evidências educacionais em debate

COMO REDUZIR A DESIGUALDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO? ALGUMAS EVIDÊNCIAS E DESAFIOS.

A edição de outono da revista norte-americana [Education Next \(Vol. 23, Nº 4\)](#) fez uma revisão de estudos realizados nos Estados Unidos até o momento relacionando a coincidência de raça/cor⁽¹⁾ de professores(as) e alunos(as) e os resultados acadêmicos dos últimos. Segundo o artigo, de autoria de **Anna J. Egalite**, nos EUA, em torno de 79% dos professores são brancos, enquanto apenas 44% dos estudantes o são, fazendo com que estudantes não brancos (negros e latinos, principalmente, no caso norte-americano) tenham menos chance que os brancos de ter professores da mesma raça/cor que a sua. Segundo a autora, as evidências acumuladas por vários estudos feitos nas últimas duas décadas foram capazes de gerar consenso naquele país em torno da ideia de que estudantes não-brancos se beneficiam academicamente quando são ensinados por professores(as) da mesma raça/cor que a sua. A partir de então, fundações que apoiam a educação têm investido em [iniciativas](#) de formação e desenvolvimento profissional de docentes negros(as), e gestores públicos de estados como a [Carolina do Norte](#), a [Califórnia](#), [Maryland](#), [Massachusetts](#) e [Nova Iorque](#) têm criado políticas de recrutamento e retenção voltadas a aumentar a diversidade étnico-racial

(1) Utilizamos o conceito de “raça/cor” por entender que, mesmo que não tenha fundamento biológico ou científico, o termo raça faz referência à classificação das pessoas (por características fenotípicas, de origem ou imputadas) que, no Brasil como em outros países, é expressa principalmente por meio da cor. Esse breve artigo de Paulo Vinicius Baptista da Silva, publicado pelo [Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da UFMG](#), explica bem o assunto.

de docentes. Além disso, o Departamento Federal de Educação dos Estados Unidos destinou 18 milhões de dólares para financiar a manutenção e expansão de programas de treinamento de professores em faculdades e universidades historicamente negras.⁽²⁾

Mas afinal, o que mostram os estudos mencionados? Mesmo que a intenção de nossos textos de debate seja sempre introduzir uma reflexão, sem ter a pretensão de desenvolver uma análise extensa, vale fazer alguns apontamentos (citamos as fontes para quem quiser se aprofundar). O estudo citado como inaugural por Anna J. Egalite foi realizado em 2004 com estudantes do ensino infantil no Tennessee (ver [“The Race Connection”](#), primavera de 2004), tendo verificado que quando estudantes eram aleatoriamente distribuídos em classes com professores da mesma raça/cor, seu desempenho em matemática e leitura melhorava entre 3 e 4 pontos percentuais. Desde então, um corpo de pesquisas considerável se acumulou quanto aos efeitos da coincidência de raça/cor entre docentes e estudantes. Egalite analisou 12 estudos recente baseados em notas de avaliações externas padronizadas em matemática ou linguagem, que tivessem achados desagregados pela raça ou etnicidade dos(as) estudantes, e reportassem o tamanho do efeito padrão. Todos os

(2) As “faculdades e universidades historicamente negras” são instituições de ensino superior nos Estados Unidos criadas antes da Lei dos Direitos Civis de 1964, com a intenção de atender principalmente ou exclusivamente estudantes afro-americanos.



estudos empregavam método experimental ou quase-experimental de pesquisa, que permitem a estimativa do impacto causal do fenômeno no desempenho. Metade desses estudos encontraram efeitos positivos estatisticamente significativos para estudantes negros em matemática. Pesquisas no Tennessee, Texas, Carolina do Norte e Florida mostraram que estudantes negros têm notas mais altas em matemática em anos em que tiveram professores negros, sendo que o tamanho do efeito variava entre 2% e 13% do desvio padrão. Os estudos envolvendo estudantes do ensino fundamental mostraram efeitos positivos mais pronunciados em comparação com estudos envolvendo estudantes do ensino médio, etapa para a qual há menos evidências. Quanto à leitura, estudantes negros demonstram se beneficiar de professores negros, sendo que o tamanho do efeito variava entre 1% e 13% do desvio padrão. Tão importante quanto os achados desses 12 estudos analisados são os resultados de pesquisas que examinaram o efeito da coincidência de raça/cor entre docentes e estudantes sobre outros aspectos, tais como o [contentamento com a escola](#), [suspensões](#), [absenteísmo](#), a [conclusão do ensino médio](#) e a [matrícula no ensino superior](#).

Citando literalmente o artigo: “*Pesquisas realizadas em locais bastante variados no país mostram resultados estatisticamente e substantivamente significativos, inclusive por subgrupos de estudantes. Por exemplo, em 2017, [Brian Kisida e eu \[a autora\]](#) examinamos dados de seis distritos escolares de locais bem diversos no país e descobrimos que estudantes que tinham professores da mesma raça/cor eram mais felizes em sala de aula, mais propensos a relatar que se sentiam cuidados por seu/sua professor(a), e com maior probabilidade de considerar entrar na faculdade.*” (tradução livre nossa) No Brasil, não temos conhecimento de estudos dessa natureza, que a nosso ver seriam muito bem-vindos. Também não sabemos se os mesmos resultados seriam encontrados aqui no Brasil.

Sabemos que em um país de proporção continental como o nosso, houve e continua havendo, em diferentes territórios, processos históricos, sociais e culturais bastante distintos no que tange à constituição étnico-racial de sua população e às concepções e atitudes referentes à discriminação étnico-racial. Sabemos também que o diferencial de raça/cor entre docentes e estudantes não é tão pronunciado no Brasil, embora exista, como se pode verificar contrastando as informações das tabelas 1 e 2 na página seguinte.





Tabela 1 - Estudantes por origem étnico-racial, segundo regiões - 2022

| Localidade | Branca | % | Indígena | % | Amarela | % | Preta | Parda | Negra (Preta + Parda) | % | Não declarada | % | Total |
|--------------|------------|-------|----------|------|---------|------|-----------|------------|-----------------------|-------|---------------|-------|------------|
| Brasil | 15.126.703 | 31,92 | 354.115 | 0,75 | 158.418 | 0,33 | 1.592.160 | 17.106.058 | 18.698.218 | 39,46 | 13.044.620 | 27,53 | 47.382.074 |
| Centro-Oeste | 834.238 | 22,90 | 50.921 | 1,40 | 11.985 | 0,33 | 69.205 | 1.207.329 | 1.276.534 | 35,04 | 1.469.273 | 40,33 | 3.642.951 |
| Nordeste | 1.741.018 | 12,65 | 83.674 | 0,61 | 52.803 | 0,38 | 509.432 | 6.906.860 | 7.416.292 | 53,87 | 4.473.795 | 32,50 | 13.767.582 |
| Norte | 468.179 | 9,73 | 166.586 | 3,46 | 10.907 | 0,23 | 86.384 | 2.567.283 | 2.653.667 | 55,14 | 1.513.415 | 31,45 | 4.812.754 |
| Sudeste | 8.042.787 | 42,97 | 29.693 | 0,16 | 63.864 | 0,34 | 755.768 | 5.623.347 | 6.379.115 | 34,08 | 4.201.624 | 22,45 | 18.717.083 |
| Sul | 4.040.481 | 62,72 | 23.241 | 0,36 | 18.859 | 0,29 | 171.371 | 801.239 | 972.610 | 15,10 | 1.386.513 | 21,52 | 6.441.704 |

Fonte: Censo Escolar 2022 (INEP/MEC)

Tabela 2 - Docentes por origem étnico-racial, segundo regiões - 2022

| Localidade | Branca | % | Indígena | % | Amarela | % | Preta | Parda | Negra (Preta + Parda) | % | Não declarada | % | Total |
|--------------|---------|-------|----------|------|---------|------|---------|---------|-----------------------|-------|---------------|-------|-----------|
| Brasil | 984.784 | 42,53 | 17.614 | 0,76 | 19.592 | 0,85 | 113.520 | 624.738 | 738.258 | 31,88 | 555.368 | 23,98 | 2.315.616 |
| Centro-Oeste | 55.786 | 34,30 | 2.553 | 1,57 | 1.109 | 0,68 | 7.124 | 54.526 | 61.650 | 37,90 | 41.566 | 25,55 | 162.664 |
| Nordeste | 106.623 | 16,77 | 3.839 | 0,60 | 11.016 | 1,73 | 32.229 | 249.537 | 281.766 | 44,31 | 232.645 | 36,59 | 635.889 |
| Norte | 24.907 | 12,43 | 8.558 | 4,27 | 719 | 0,36 | 7.215 | 101.435 | 108.650 | 54,21 | 57.589 | 28,73 | 200.423 |
| Sudeste | 543.728 | 56,24 | 1.539 | 0,16 | 5.473 | 0,57 | 57.936 | 192.522 | 250.458 | 25,91 | 165.527 | 17,12 | 966.725 |
| Sul | 254.187 | 72,44 | 1.128 | 0,32 | 1.285 | 0,37 | 9.055 | 27.031 | 36.086 | 10,28 | 58.206 | 16,59 | 350.892 |

Fonte: Censo Escolar 2022 (INEP/MEC)

Há um outro elemento muito importante a se observar nessas duas tabelas, que é central no argumento que queremos desenvolver neste texto. Notem o grau de não declaração de raça/cor tanto entre estudantes como entre docentes. Segundo dados do INEP, em 2022 em média, 27,53% dos estudantes brasileiros não tiveram a informação de raça/cor informada. A Tabela 1 acima mostra uma grande diferença entre as regiões do país quanto à não declaração, que é

bem mais alta no Centro-Oeste (40,33%), seguido do Nordeste (32,50%) e Norte (31,45%). Entre professores (Tabela 2), a situação não é muito diferente. A não declaração é bem alta no Nordeste (36,59%), seguido do Centro-Oeste (25,55%), mas também é relevante no Sudeste e no Sul. Como resultado, não sabemos, neste momento, qual é exatamente a diferença na distribuição étnico-racial de professores e estudantes, nos estados e regiões.

Tabela 3 - Docentes e Estudantes por origem étnico-racial - São Paulo, 2022



No estado de São Paulo, a ausência de registro de raça/cor é bem maior entre estudantes que entre docentes

Fonte: Censo Escolar 2022 (INEP/MEC)



Pesquisadores(as) interessados(as) em examinar os efeitos da correspondência de raça/cor entre estudantes e docentes nos resultados acadêmicos de estudantes da educação básica pública brasileira enfrentariam essa primeira dificuldade importante. Esse fenômeno da não declaração étnico-racial precisa ser analisado sob dois aspectos, ao menos. O primeiro é o da cultura, e da necessária, mas infelizmente gradual, transformação das visões da sociedade brasileira acerca do tema do racismo e da discriminação étnico-racial. Logo que o INEP passou a coletar esse dado, houve muita crítica a esse respeito, vinda de diversos setores, alguns recusando reconhecer a existência do racismo no Brasil. Temos demonstrado em vários dos estudos trazidos aos seminários a grande desigualdade de desempenho e trajetória escolar entre brancos e não-brancos no Brasil. Para que o Estado Brasileiro em suas diferentes esferas de governo - União, estados e municípios - conceba políticas para reduzir essa desigualdade, precisamos em primeiro lugar de dados, entre eles a caracterização étnico-racial dos grupos envolvidos - estudantes e docentes, entre eles. Um segundo aspecto diz respeito à capacidade das equipes administrativas das escolas e das redes de ensino, que variam segundo região. É preciso treinar continuamente as equipes das escolas e das áreas administrativas sobre a importância fundamental do registro dessas informações, tanto de estudantes quanto de docentes. E aqui estamos falando não apenas de treinamento técnico, mas também de formação acerca dos temas dos preconceitos de toda ordem que impactam as oportunidades educacionais das pessoas. Apesar da existência de uma Resolução do Conselho Nacional de

Educação regulando os “procedimentos administrativos de registro de dados cadastrais de pessoa natural referentes aos estudantes e profissionais de educação que atuam em instituições públicas e privadas de ensino”, a [Resolução CNE/CEB nº 1, de 15 de janeiro de 2018](#), que inclusive foi solicitada ao Conselho pelo Inep e pelo Ministério da Educação justamente pela dificuldade verificada nos registros, o problema persiste. Importante dizer que no momento da matrícula é o(a) aluno(a) jovem ou seus responsáveis, se criança, que fazem a autodeclaração de sua origem étnico-racial. O mesmo vale para professores no momento da contratação. Uma outra dificuldade que pesquisadores(as) científicos enfrentam, e que muitas vezes impede a realização diagnósticos dessa natureza, é a resistência das administrações em ceder para a pesquisa científica ou para a sociedade, para o controle social e transparência da política pública, as bases de dados de seus cadastros administrativos. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018), prevê a possibilidade de tratamento de dados pessoais para fins acadêmicos e pela administração pública, para fins de execução de políticas públicas, garantindo-se o sigilo e o anonimato dos indivíduos. No mês em que o país celebra o “*Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra*”, mais conhecido como o Dia da Consciência Negra (20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares), nos cabe refletir sobre quão variados são os campos de ação necessários para de fato implementarmos uma política educacional antidiscriminatória, que reduza as desigualdades étnico-raciais. Para concluir, fica aqui a dica para as comunidades escolares - muitas delas já



realizando ações para enfrentar a discriminação étnico-racial e demais formas de discriminação (de gênero, por orientação sexual, contra pessoas com deficiência, entre outras). Por que não realizar campanhas de debate e esclarecimento acerca da importância do registro, nos cadastros, da informação de cor/raça/etnia? Campanhas como essa precisam mobilizar diferentes conteúdos e atingir toda a comunidade escolar, uma vez que as mudanças de atitude

necessárias envolvem vários atores e suas motivações. Como agem estudantes e famílias no momento da matrícula, em relação à autodeclaração de origem étnico-racial? Professores e professoras dão atenção a esses dados em seus registros profissionais? Como agem, em ambos os casos, os(as) servidores(as) públicos responsáveis por tais registros? Na rede estadual paulista esse movimento foi iniciado em meados deste ano - fiquemos atentos!

Cartas, recados, e outros...

ESCREVAM PARA EVIDENCIAS@EDUCACAO.SP.GOV.BR

Caros leitores, caras leitoras,
Hoje temos alguns recados.

A partir de agora, profissionais da rede estadual de ensino atuantes nas diretorias de ensino e nas escolas passarão a receber o Boletim Educação em Evidências por intermédio de Dirigentes de Ensino e Diretores das Escolas. Este é o último boletim de 2023. Em 2024 os boletins e seminários passarão a ser bimestrais. Retomaremos em fevereiro.

Pessoas não vinculadas à Seduc SP e interessadas em receber os boletins e as divulgações dos seminários devem escrever para nosso e-mail evidencias@educacao.sp.gov.br e solicitá-lo.

Agradecemos demais comentários sobre os conteúdos dos boletins, ou sobre os seminários. Serão sempre bem-vindas dicas de novidades para a sessão “O que há de novo”, sugestões de estudos e pesquisas recentes para ser apresentados nos seminários ou comentados nos boletins.

Nos escrevam!



Clique [aqui](#) para acessar todos os boletins.
Os seminários estão disponíveis no Youtube e no repositório do [CMSP](#).